

Exmo. Senhor

Presidente da Associação Nacional dos Topógrafos

Coimbra, 03 de Dezembro de 2013

Assunto: Apreciação do Projecto de Estatutos – ANT Centro

Exmo. Sr. Presidente,

Agradecemos, antes de mais, a oportunidade para nos pronunciarmos sobre o parecer, observações e pedidos de esclarecimentos produzidos pelo Sr. Presidente da Região Centro da ANT sobre a reformulação do projecto de Estatutos por nós apresentada.

Antes de mais, será pertinente notar que não nos foi pedida a elaboração de Estatutos *ex novo* – nem tal porventura se justificava-, mas tão somente a revisão do projecto de Estatutos já existentes, no sentido da sua conformação com as exigências da Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro.

Daí que a maior parte das opções de organização interna não tenham sido por nós questionadas, admitindo que o projecto inicial já terá sido discutido e aprovado em devido tempo.

Sem prejuízo, cumpre afirmar que, apesar de sermos sensíveis à preocupação de continuidade expressada pelo Sr. Presidente da Região Centro, nomeadamente porque uma alteração profunda dos órgãos, exigências e procedimentos pode tornar-se demasiado pesada numa fase inicial de implementação da Câmara, teremos que tomar em consideração que a criação da Câmara pressupõe precisamente alguma disrupção relativamente às rotinas e hábitos instituídos, pois que de uma Instituição de natureza diversa da da Associação passaremos a tratar.

O nível de exigência e o peso Institucional de uma Câmara ou Ordem -veja-se, desde logo em termos de Protocolo de Estado - não é comparável com o de uma associação profissional de natureza privada. Naturalmente essa circunstância reflete-se numa muito maior exigência e peso da própria organização interna da instituição.

Note-se, aliás, que está prevista nos próprios Estatutos uma fase de transição com a duração máxima de um ano, para permitir à comissão instaladora a instituição dos novos órgãos.

Finalmente, argumento seguramente mais importante, é que é a própria Lei n.º 2/2013 que define no n.º 2 do seu artigo 15.º que são “*órgãos obrigatórios das Associações Públicas Profissionais*”:

a) *Uma assembleia representativa, com poderes deliberativos gerais, nomeadamente em matéria de aprovação do orçamento, do plano de atividades, e de projetos de alteração dos estatutos, de aprovação de regulamentos, de quotas e de taxas ou de criação de colégios de especialidade;*

b) *Um órgão executivo colegial, que exerce poderes de direção e de gestão, nomeadamente em matéria administrativa e financeira, bem como no tocante à representação externa dos interesses da associação;*

c) *Um órgão de supervisão, que vela pela legalidade da atividade exercida pelos órgãos da associação e exerce poderes de controlo, nomeadamente em matéria disciplinar;*

d) *Um órgão de fiscalização da gestão patrimonial e financeira, que inclui um revisor oficial de contas.”* .

Acrescentando-se no n.º 7 do mesmo artigo 15.º que “*A assembleia representativa e o órgão de supervisão das associações públicas profissionais são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico*”, e, no n.º 8, que “*A assembleia representativa é eleita através do sistema de representação proporcional, nos círculos territoriais definidos nos estatutos, podendo porém incluir uma representação das estruturas regionais, se existirem*”

Os supra explanados argumentos levam-nos a considerar que o espírito da lei quanto a esta matéria é o de que seja criado um novo órgão social com competência exclusivamente deliberativa, mas com uma natureza de representatividade não directa, antes resultante de sufrágio eleitoral, razão pela qual entendemos adequada a opção a esse respeito tomada pelos juristas que criaram a versão primitiva do projecto de Estatuto.

Porém, não deixamos de ser permeáveis à ideia de que, num universo eleitoral tão limitado como aquele que será o universo natural da Câmara a criar, a representatividade directa é um cenário

materialmente exequível e, assim sendo, torna-se também muito desejável pelo *aport* de maior democraticidade interna e sentimento integração e pertença dos seus membros.

Em termos comparativos, os projectos de revisão de estatutos das Associações Públicas Profissionais por nós consultados, prevêm na sua maioria a substituição da anterior Assembleia Geral pelo novo órgão representativo de que temos vindo a falar, com submissão a sufrágio eleitoral ou, em alternativa, a existência concomitante de uma Assembleia Geral com a Assembleia de Representantes. No entanto, por exemplo no caso específico da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a opção foi por manter a designação Assembleia Geral e a previsão de participação directa na mesma de cada um dos associados, referindo-se expressamente que *“A Assembleia Geral é a assembleia representativa de todos os revisores oficiais de contas que sejam pessoas singulares, cabendo a cada um, um voto”*.

Sopadas todas as considerações atrás expendidas, sustentamos que, em nossa opinião, a existência de uma Assembleia de Representantes, com a configuração e competências propostas no projecto enviado, será sempre de manter, por ser a mais ajustada ao espírito da lei. Caso se entenda conveniente ou adequado, a esse órgão poderá juntar-se um outro, designado por “Assembleia Geral” e composto por todos Topógrafos com inscrição em vigor, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos que não estejam cometidos expressamente aos restantes órgãos, eleger os membros dos órgãos submetidos a sufrágio directo e deliberar em reunião extraordinária sempre que os interesses superiores da Câmara o exijam.

Relativamente às restantes dúvidas suscitadas, seguem-se as nossas observações e esclarecimentos:

– **Artigo 19.º, n.º 2:** não há qualquer obrigatoriedade quanto ao número de anúncios da convocatória da Assembleia Eleitoral, devendo utilizar-se o critério da forma mais adequada a que seja dada a maior publicitação possível ao acto. Assim, se a Assembleia Geral que aprovará o Estatuto entender adequado e suficiente, poderá prever-se apenas uma publicação em jornal de grande tiragem nacional.

– **Artigo 20.º:** Em nossa opinião, a existência de apenas uma mesa de voto no território

continental e outra nas ilhas é contrária ao princípio do sufrágio universal, na medida em que configura uma injustificada desigualdade no acesso ao direito de voto dos diversos associados, que pode resultar, na prática, numa restrição desse mesmo direito. Apesar de não existir qualquer norma que o impeça expressamente, consideramos que a previsão de tal possibilidade não seria a opção jurídica mais adequada, tanto mais que, existindo estruturas locais de proximidade instituídas e a funcionar, não há qualquer razão objectiva para que as Assembleias de Voto não devam refletir essa mesma cultura de proximidade.

– **Artigo n.º 23.º:** O n.º 5 do artigo 15.º da Lei n.º 2/2013 prevê que “*os mandatos dos titulares dos órgãos das associações públicas profissionais não podem ser superiores a quatro anos, sendo renováveis apenas por uma vez*”. Assim sendo, só é permitida por lei uma reeleição, como o projecto reflecte, sendo que a própria regra da limitação de mandatos só por si deverá ser um factor de vitalidade e renovação dos órgãos da Câmara, sendo necessária uma mudança de mentalidade profunda relativamente à realidade da Associação actualmente existente.

– **Artigo n.º 33.º:** A lei não prevê qualquer obrigatoriedade relativamente ao número de vogais que constituem o Conselho Nacional. Optou-se por manter o que resultava do projecto anterior, na perspectiva de que essa opção já teria sido tomada pela ANT. Não há, porém, qualquer obstáculo à redução de número de membros, embora se alerte para o facto de estes terem que ser em número suficiente para assegurar a prossecução de todas as competências do órgão executivo. A pertença a um órgão executivo nacional, de mais a mais prestigiante como é uma Câmara Profissional, poderá ser também um factor de mobilização e estímulo para uma maior participação dos associados.

– **Artigo n.º 36.º:** O Conselho de Jurisdição deverá ter os elementos necessários e suficientes, em número ímpar, para prosseguir as suas atribuições, tal como constam do art. 38.º do Estatuto, e por forma a ser assegurada a representação proporcional das listas concorrentes ao órgão. Caso se entenda que o número de cinco é bastante para assegurar o funcionamento, nada impede que seja esse o número de elementos.

– **Artigo 96.º:** No regime actual, ao contrário do que vigorava anteriormente, não é obrigatória a submissão à aprovação da tutela dos regulamentos que versem sobre quotas e taxas associativas. O que

decorre do artigo 43.º, n.º 2 da Lei 2/2013 é que as deliberações sobre a fixação de quotas e taxas são aprovadas pela Assembleia representativa, por maioria absoluta, sob proposta do órgão Executivo (Conselho Nacional). Assim, caso se entenda, poderá alterar-se a redacção do art. 96.º no sentido se serem apenas submetidos à aprovação tutelar os regulamentos que versem sobre estágios profissionais, provas profissionais de acesso à profissão e especialidades profissionais.

É quanto se nos oferece dizer relativamente às observações e dúvidas apresentadas.

Com os melhores cumprimentos,

A Advogada,



- Mafalda Magalhães -